

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação das atas

- Ata n.º 88, de 24 de outubro
- Ata n.º 89, de 26 de outubro

3. Comunicações do Presidente

4. Audiência ao Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios de Estado, nomeadamente, sobre a proposta de descongelamento de progressões na função pública, constante da Proposta de Orçamento de Estado para 2018 – 9h30

5. Audiência ao Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, com vista à discussão de medidas constantes da Proposta de Orçamento de Estado para 2018 e apresentação de propostas; e ausência de transferência de verbas – 10h15

6. Fixação de redação final de texto aprovado

- 6.1. [Projeto de Resolução nº 1088/XIII/3ª \(PSD, PS, BE, CDS, PCP, PEV, PAN\)](#) – Recomenda ao Governo a adoção de medidas que visem a diminuição do peso das mochilas escolares.
- 6.2. [Projeto de Resolução n.º 876/XIII \(PS\)](#) – “Pela valorização do ensino da história da emigração português”.

7. Data da próxima reunião

14 de novembro, 15h – Audição regimental do MCTES, no âmbito do OE
15 de novembro, 10h – Audição regimental do ME, no âmbito do OE
28 de novembro, 15h – Reunião da Comissão

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação das atas

As atas n.ºs 88 e 89, das reuniões de 24 e 26 de outubro, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3. Comunicações do Presidente

Nada havendo a comunicar, passou-se para o ponto 4 da ordem do dia.

4. Audiência ao Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios de Estado, nomeadamente, sobre a proposta de descongelamento de progressões na função pública, constante da Proposta de Orçamento de Estado para 2018 – 9h30

O Presidente da Comissão cumprimentou a delegação do Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios de Estado, melhor identificada na [página da Comissão](#), lembrou a grelha de tempo das intervenções e passou depois a palavra para a intervenção inicial.

A. Miguel Santos, Presidente do Conselho Científico do IPMA, começou por abordar a atual composição dos Laboratórios do Estado e a sua importância e missão. De seguida, referiu que o que os trouxe aqui foi a questão da progressão da carreira científica, uma vez que não há progressões na carreira há 15 anos.

Assim, informou que o [Estatuto da Carreira de Investigação Científica](#) (ECIC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de abril, nunca foi objeto de revisão, sendo este estatuto que regula a progressão na carreira por escalão. Já a [Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas](#) (LGTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, prevê que a progressão seja feita por pontos. Do exposto resulta que o ECIC não está ajustado à LGTFP, pelo que, considerando a [Proposta de Lei n.º 100/XIII/3.ª](#) - Aprova o Orçamento do Estado para 2018, poderá ser impedida a progressão destes investigadores.

Mais, informou que o facto de não existirem progressões na carreira nos últimos 15 anos levou a que os laboratórios tenham a maioria dos seus investigadores na base de carreira.

De seguida, focou-se na importância de realização de avaliações periódicas a estes Laboratórios, referindo que a última avaliação externa ocorreu em 1996.

Abordou, por fim, os atuais constrangimentos de funcionamento, nomeadamente as cativações indiretas, o envelhecimento dramático do corpo de investigadores dos Laboratórios de Estado, e a limitação da aquisição de serviços.

A Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD) agradeceu o contributo e a oportunidade do mesmo, nomeadamente no que respeita às dificuldades que enfrentam.

Do discurso desta ressaltou a existência de uma dúvida quanto à existência de uma estratégia nacional que possa levar à otimização do trabalho dos investigadores, questionando, nomeadamente e em conformidade com esta dúvida, sobre se tem existido um relacionamento com a tutela e se esta continua a solicitar trabalhos da competência dos Laboratórios de Estado, como seja a elaboração de estudos no seguimento dos fogos que ocorreram este ano.

O Senhor Deputado António Eusébio (PS) informou que a Proposta de Lei n.º 100/XIII/3.ª – Aprova o Orçamento de Estado para 2018, consagra um esforço coletivo no âmbito do sector privado e público, numa ótica de continuidade com o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido. Sublinhou, ainda, que se trata de uma matéria que é objeto de uma tutela partilhada entre vários ministérios. Por fim, referiu que as questões hoje colocadas serão objeto da devida ponderação no âmbito da discussão da proposta de orçamento de Estado.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) começou por sublinhar a importância de perceber o que «está por resolver». Face à intervenção inicial, o Senhor Deputado elencou, como matérias trazidas pela delegação, as das questões laborais e precariedade, a do subfinanciamento e as cativações, e as avaliações dos laboratórios, pronunciando-se sobre cada uma delas.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que o seu Grupo Parlamentar acompanha de perto o problema dos Laboratórios de Estado, e sempre foi muito críticos quanto ao desinvestimento que tem vindo a ser feito na investigação, chegando a apresentar propostas para contrariar esta situação, uma vez que o Grupo Parlamentar do PCP coloca os Laboratórios do Estado como uma peça fundamental e estruturante na ciência.

Referiu, ainda, que o Grupo Parlamentar do PCP tem a noção de que houve uma quebra grande de investigadores, pelo que seria importante perceber qual a dimensão desta situação.

Devolvida a palavra a A. Miguel Santos, para resposta, foram prestados pelo mesmo os devidos esclarecimentos. Foi dada, ainda, a palavra a Laura Caldeira, Presidente do Conselho Científico do LNEC, e a Sandra Cavaco, representante do INIAV, com vista à prestação de esclarecimentos relacionados com as suas instituições.

A documentação entregue pelo Fórum está disponível na [página da Comissão](#). A audiência foi objeto de gravação, disponível na [página da Comissão](#), constituindo parte integrante desta ata, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede.

5. Audiência ao Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, com vista à discussão de medidas constantes da Proposta de Orçamento de Estado para 2018 e apresentação de propostas; e ausência de transferência de verbas – 10h15

O Presidente da Comissão cumprimentou a delegação do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, melhor identificada na [página da Comissão](#), lembrou a grelha de tempo das intervenções e passou depois a palavra para a intervenção inicial.

Dada a palavra a Nuno Mangas, Presidente do CCISP, o mesmo referiu que pretendiam com a presente audiência partilhar preocupações com a [Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro](#), que aprovou o Orçamento de Estado para 2017, e com a [Proposta de Lei n.º 100/XIII/3.ª – Aprova o Orçamento de Estado para 2018](#).

Referiu, que trouxeram 9 propostas concretas de alteração à proposta de orçamento de Estado, constante de [documento](#) disponível para consulta da página da audiência, sendo certo que apenas 2 destas propostas serão de carácter mais estruturante.

A Senhora Deputada Margarida Mano (PSD) começou por referir que o seu Grupo Parlamentar tem acompanhado de perto a proposta de Orçamento de Estado e que têm falado com os Laboratórios do Estado. Da intervenção da Senhora Deputada ressaltou a pretensão de apurar dos problemas do CCISP com o orçamento de Estado para 2017, por considerar como fundamental para avaliação da Proposta de Lei n.º 100/XIII/3.^a. Salientou, depois, que em junho de 2017 havia já mais de 20 milhões em falta no Ensino Superior, tendo sido prometido um reforço em julho e outubro, que questionou da efetiva realização destes reforços e do impacto que a sua não realização acarretará.

O Senhor Deputado António Eusébio (PS) referiu que se trata de uma área em que o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior tem vindo a fazer um esforço e que as questões levantadas são pertinentes e devem ser enquadradas. Salientou, ainda, que este ministério tem vindo a fazer um esforço de investimento nas áreas de investigação, com vista à sua melhoria. E, por fim, referiu que a proposta de orçamento de Estado prevê uma série de medidas, evidenciando a existência de propostas no âmbito do apoio social, e outras referentes ao ensino politécnico.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) referiu que há que ler as Grandes Opções do Governo e perceber o que não foi contemplado. Também este Senhor Deputado questionou se foram já recebidas as verbas respeitantes ao regime transitório.

Abordou, ainda, a questão das residências que identificou como um problema a resolver com a necessária cautela, adiantando que, na sua opinião, as Instituições devem ter imobiliário que possam usar.

Quanto ao [Regime jurídico das instituições de ensino superior](#) (RJIES), aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, na sua atual redação, salientou que o Grupo Parlamentar do PS votou contra a revisão deste Regime, considerando que este mesmo Grupo está a aproveitar a proposta de orçamento de Estado para introduzir estas alterações. A posição do seu Grupo Parlamentar é que se não foi aberto um processo série de revisão do RJIES, então não será esta a sede própria para o efeito.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que o seu Grupo Parlamentar tem intenção de apresentar propostas de alteração à Proposta de Lei n.º 100/XIII/3.^a nas áreas mais críticas, sublinhando, contudo, que não se identificam com esta proposta de orçamento.

No que respeita às propostas de alteração ao RJIES, referiu que tende a concordar com o Grupo Parlamentar do BE, pois que parece estranho que seja «à boleia» do orçamento de Estado que se faça esta proposta, não obstante ser uma pretensão do seu Grupo Parlamento a discussão deste regime jurídico. Assim, questionou qual a posição do CCISP quanto ao uso da proposta de lei de orçamento de Estado para o ano de 2018 para esse efeito.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP), e no que respeita às propostas de alteração do RJIES constantes da Proposta de Lei n.º 100/XIII/3.^a, referiu que o seu Grupo Parlamentar já tinha apresentado propostas de alteração do RJIES, as quais foram rejeitadas, estranhando que na referida proposta de lei sejam feitas propostas de alteração àquele regime.

Referiu que o processo legislativo do Orçamento de Estado é uma altura privilegiada para responder a questões concretas. Todavia, enquanto não houver alteração à lei de financiamento, considera que o grosso destas questões ficarão por resolver. Por outro lado, referiu que a lei do apoio social é muito limitativa, reforçando esta ideia com o facto de

Portugal ser o 5 país onde é mais caro estudar, considerando que, neste âmbito, deverá haver uma alteração de fundo que responsabilize o Estado.

Em consequência das intervenções das Senhores e Senhores Deputados foi devolvida a palavra a Nuno Mangas, o qual prestou os devidos esclarecimentos.

A documentação entregue pelo CCISP está disponível na [página da Comissão](#). A audiência foi objeto de gravação, disponível na [página da Comissão](#), constituindo parte integrante desta ata, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede.

6. Fixação de redação final de texto aprovado

- 6.1. [Projeto de Resolução nº 1088/XIII/3ª \(PSD, PS, BE, CDS, PCP, PEV, PAN\)](#) – Recomenda ao Governo a adoção de medidas que visem a diminuição do peso das mochilas escolares.
- 6.2. [Projeto de Resolução n.º 876/XIII \(PS\)](#) – “Pela valorização do ensino da história da emigração português”.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) pediu o adiamento deste ponto, em virtude de ter de se ausentar da reunião para realizar trabalho parlamentar. Não tendo havido oposição, foi adiado o presente ponto.

7. Data da próxima reunião

14 de novembro, 15h – Audição regimental do MCTES, no âmbito do OE
15 de novembro, 10h – Audição regimental do ME, no âmbito do OE
28 de novembro, 15h – Reunião da Comissão

A reunião foi encerrada às 11 horas e 25 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 09 de novembro de 2017

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Alexandre Quintanilha

Ana Mesquita

Ana Rita Bessa

Ilda Araújo Novo

Laura Monteiro Magalhães

Lúcia Araújo Silva

Luís Monteiro

Margarida Mano

Maria Augusta Santos

Maria Germana Rocha

Nilza de Sena

Pedro Alves

Sandra Pontedeira

Susana Amador

António Eusébio

Cristóvão Crespo

Duarte Marques

Maria Adelaide Ribeiro

Palmira Maciel

Susana Lamas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Álvaro Batista

Amadeu Soares Albergaria

André Pinotes Batista

Diogo Leão

Emília Santos

Ivan Gonçalves

Joana Mortágua

Maria Manuela Tender

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Porfírio Silva